

Liminar suspende largada da votação da reforma de Melo

Câmara de Porto Alegre

Juiz determinou, com a sessão já em andamento, que projetos devem ser **submetidos a audiências públicas**. Propostas alteram estrutura do governo

Fábio Schaffner

fabio.schaffner@zerohora.com.br

A votação do pacote enviado pelo prefeito Sebastião Melo (MDB) foi interrompida ontem na Câmara de Vereadores de Porto Alegre por decisão da Justiça. Em despacho assinado às 15h48min, o juiz José Luiz Leal Vieira determinou a realização de audiências públicas antes da votação das propostas que extinguem a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), transformam o conselho deliberativo do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) em órgão consultivo e redesenham o secretariado.

Tão logo teve conhecimento da decisão, a presidente da Câmara, Comandante Nádia (PL), decidiu em conjunto com os líderes partidários apreciar ontem apenas a primeira etapa de um projeto da Mesa Diretora que permite votações híbridas durante a convocação extraordinária da Casa, que se estende até sexta-feira.



Reunião foi agitada, com debates acalorados e presença de servidores públicos nas galerias do plenário

O pedido de liminar foi ajuizado pelo Sindicato dos Municipais de Porto Alegre (Simpa). Quando a decisão chegou ao plenário, houve comemoração nas galerias, ocupadas majoritariamente por servidores públicos contrários ao pacote.

– É um absurdo o prefeito ter encaminhado esses projetos sem realização de audiência pública – comentou o líder do PSOL, Pedro Ruas.

A Zero Hora, a prefeitura de Porto Alegre disse que não irá se manifestar sobre a decisão, uma vez que a liminar é endereçada ao Legislativo.

A despeito da liminar, os sete projetos do governo não seriam votados ontem. Antes, eles precisam passar por análise de duas comissões. Na sequência, é preciso aguardar 48 horas antes de deliberação final em plenário. Dessa forma, a previsão inicial era de que o pacote só fosse votado amanhã.

– Vou esperar ser notificada pela Justiça. Não sei se a Câmara ou a prefeitura vai recorrer – disse a presidente da Casa.

Demonstração de força

A sessão começou tumultuada, com os vereadores discutindo

durante uma hora e meia a redistribuição de cada um nas poltronas do plenário. Quando a análise dos projetos pelas comissões estavam prestes a começar, chegou a informação da liminar.

Pela manhã, Melo havia se reunido com os líderes da base aliada. O prefeito queria coesão e uma demonstração de força do governo em plenário. Houve queixas de alguns parlamentares a respeito da redução dos salários mais altos dos detentores de cargos em comissão (CCs), mas o prefeito se comprometeu em ajustar os valores em outro momento. —

Confira as principais propostas**ORGANOGRAMA**

Criação das secretarias de Governo e de Direitos Humanos, extinção das secretarias de Desenvolvimento Social e Habitação, e conversão da Fasc em Secretaria de Assistência Social.

AMPLIAÇÃO DO DMAE

Criação de três novas diretorias no Dmae: de Proteção Contra Chelias e Macrodrenagem, de Regulação e Governança Corporativa e de Novos Negócios. O projeto também prevê que o conselho deliberativo do Dmae passe a ter caráter consultivo.

TROCA DE LUGAR

A Gerência de Saúde do Servidor Municipal (GSSM), responsável por atestados dos funcionários públicos, deixa o escopo da Secretaria da Saúde e passa para a Secretaria de Administração. Melo disse que tomou a decisão porque "a indústria de atestados na prefeitura é uma coisa vergonhosa".

REMUNERAÇÃO DE CCS

Projeto padroniza o salário de detentores de cargos em comissão em diferentes órgãos da prefeitura, estipulando remuneração semelhante para cargos com o mesmo patamar. Os salários de CCs vão de R\$ 2,1 mil a R\$ 18,9 mil.

FUNÇÕES GRATIFICADAS (FGS) PARA ADIDOS

Autoriza a concessão de FGS para servidores cedidos de outros entes públicos ou outras esferas de governo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias **Página:** 8